

ITACOLOMI PARTICIPAÇÕES S.A.

**RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DOS AUDITORES
INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

ITACOLOMI PARTICIPAÇÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2023**

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanços patrimoniais

QUADRO 2 – Demonstrações dos resultados para o exercício findo

QUADRO 3 – Demonstrações dos resultados abrangentes para o exercício findo

QUADRO 4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo

QUADRO 5 – Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo

Notas explicativas às demonstrações financeiras

**RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
RELATÓRIO MG – 2024/040**

Aos

Acionistas da

Itacolomi Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras

Revisamos as demonstrações financeiras individual e consolidada da **Itacolomi Participações S.A.** (“Companhia” ou “Controladora”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações dos patrimônios líquidos e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400 – *Engagements to Review Financial Statements*). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas. Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da **Itacolomi Participações S.A.** (“Companhia” ou “Controladora”), em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2024.



Leandro Caratta

Contador CRC MG-088.509/O-0

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes Ltda.

CRC-MG 005.455/O-1

QUADRO 1**ITACOLOMI PARTICIPAÇÕES S.A.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23	31	15.175	8.140
Contas a receber de clientes	6	-	-	4.325	4.404
Impostos a recuperar	7	6	5	150	170
Adiantamentos concedidos		-	-	375	6
Outros ativos circulantes	8	-	-	511	563
Total dos ativos circulantes		29	36	20.536	13.283
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Outros ativos	8	-	-	-	616
Depósitos judiciais		-	-	29	29
Investimentos	9	74.249	63.758	-	-
Imobilizado	10	-	-	118.833	123.433
Intangível	11	-	-	3.962	28
Total dos ativos não circulantes		74.249	63.758	122.824	124.106
TOTAL DOS ATIVOS		74.278	63.794	143.360	137.389

QUADRO 1 (página 2)**ITACOLOMI PARTICIPAÇÕES S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	12	-	-	1.043	1.556
Obrigações sociais	15	-	-	347	350
Obrigações tributárias	14	-	-	680	640
Total dos passivos circulantes		-	-	2.070	2.546
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Partes relacionadas	13	-	-	-	112
Provisões para riscos	16	-	-	68	68
Tributos diferidos	17	2	1	22.396	23.745
Total dos passivos não circulantes		2	1	22.464	23.925
Total dos passivos		2	1	24.534	26.471
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18	5.301	51	5.301	51
Ágio na subscrição de ações		5.077	5.077	5.077	5.077
Reserva legal		10	10	868	10
Reservas de lucros		63.888	58.655	63.030	58.655
Atribuível aos acionistas controladores		74.276	63.793	74.276	63.793
Participação dos acionistas não controladores		-	-	44.550	47.125
Total do Patrimônio Líquido		74.276	63.793	118.826	110.918
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.278	63.794	143.360	137.389

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

4

QUADRO 2

ITACOLOMI PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA DE GERAÇÃO DE ENERGIA	19	-	-	49.345	45.599
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA	20	-	-	(10.575)	(19.261)
LUCRO BRUTO		-	-	38.770	26.338
Despesas gerais e administrativas	21	(10)	(10)	(9.296)	(10.349)
Resultado de equivalência patrimonial		17.172	9.722	-	-
Despesas tributárias		(1)	-	(30)	(66)
Outras receitas e despesas operacionais		-	12	(3.435)	(54)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		17.161	9.724	26.009	15.869
Receitas financeiras	22	3	77	2.297	1.142
Despesas financeiras	22	-	-	(19)	(59)
Total do resultado financeiro		3	77	2.278	1.083
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		17.164	9.801	28.287	16.952
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23	-	(18)	(2.167)	(1.770)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23	-	(1)	1.347	1.787
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(19)	(820)	17
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		17.164	9.782	27.467	16.969
Resultados atribuídos aos:					
Acionistas controladores				17.164	9.782
Acionistas não controladores				10.303	7.187

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QUADRO 3**ITACOLOMI PARTICIPAÇÕES S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	17.164	9.782	27.467	16.969
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	17.164	9.782	27.467	16.969
Resultados abrangente atribuído aos:				
Acionistas controladores			17.164	9.782
Acionistas não controladores			10.303	7.187

QUADRO 4

ITACOLOMI PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital Social	Ágio na subscrição de ações	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Resultado do exercício	Total atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	51	5.077	10	57.926	-	63.064	44.911	107.975
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	9.782	9.782	7.187	16.969
Distribuição de dividendos	-	-	-	(9.053)	-	(9.053)	(4.973)	(14.026)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	9.782	(9.782)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	51	5.077	10	58.655	-	63.793	47.125	110.918
Aumento de Capital	5.250	-	-	-	-	5.250	-	5.250
Aquisição de participação de minoritário	-	-	-	294	-	294	(5.544)	(5.250)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	17.164	17.164	10.303	27.467
Constituição de reserva legal	-	-	858	-	(858)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(12.225)	-	(12.225)	(7.334)	(19.559)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	16.306	(16.306)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	5.301	5.077	868	63.030	-	74.276	44.550	118.826

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

ITACOLOMI PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido do exercício	17.164	9.782	27.467	22.829
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	-	-	4.540	7.264
Baixa de ativos imobilizados	-	-	-	299
Indenização de sinistros a receber	-	-	616	-
Resultado de equivalência patrimonial	(17.172)	(9.722)	-	-
IR e CSLL corrente	-	-	2.167	1.770
PIS e COFINS diferido	-	-	(2)	(186)
IR e CSLL diferido	1	1	(1.347)	(1.658)
	(7)	61	33.441	30.318
Redução (Aumento) nos ativos operacionais				
Redução (Aumento) em contas a receber	-	-	79	(4.170)
Redução (Aumento) em adiantamentos	-	-	(369)	-
Redução (Aumento) em impostos a recuperar	(1)	(5)	20	386
Redução (Aumento) em outros ativos	-	-	52	(12)
(Redução) Aumento nos passivos operacionais				
Aumento (redução) em fornecedores	-	-	(513)	579
Aumento (redução) em tributos a recolher	-	-	(742)	76
Aumento (redução) em obrigações sociais	-	-	(3)	146
Aumento (redução) em outros passivos	-	-	-	31
Dividendos recebidos	12.225	6.727	-	-
Impostos sobre a renda pagos	-	-	(1.385)	(1.660)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	12.217	6.783	30.580	25.694
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(3.874)	(8.505)
Aquisição de participação de minoritários	(5.250)	-	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(5.250)	-	(3.874)	(8.505)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Distribuição de lucros	(12.225)	(9.053)	(19.559)	(13.709)
Aumento de capital social	5.250	-	-	-
Amortização de saldo com partes relacionadas	-	-	(112)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(6.975)	(9.053)	(19.671)	(13.709)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido:	(8)	(2.270)	7.035	3.480
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31	2.301	8.140	4.810
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	23	31	15.175	8.290
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido:	(8)	(2.270)	7.035	3.480

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itacolomi Participações S.A. (“Itacolomi”, “Companhia” ou “Controladora”, e em conjunto com suas controladas, “Grupo”), sociedade anônima fechada, foi constituída em 26 de fevereiro de 2014, com sede no município de Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, em sociedades empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Itacolomi, a partir de 30 de abril de 2014, passou a ser detentora de 57,5% das quotas da Vila Real Energia S.A. (“Vila Real” ou “Controlada”), que naquela oportunidade, ainda não havia promovido a aquisição das quotas da sociedade de propósito específico (“SPE”) denominada Maynard Energética Ltda. (“Maynard”, “Sociedade” ou “Controlada Indireta”), a qual, conforme se descreverá a seguir, é a sociedade que explora ativos de geração de energia elétrica no estado de Minas Gerais.

A Vila Real, por sua vez, a partir de 2 de fevereiro de 2015, passou a ser detentora de 100% das quotas da Maynard, mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária Novelis do Brasil Ltda., bem como a retirada do sócio minoritário.

A Maynard comercializa energia elétrica, vendida no mercado livre, por meio das suas hidrelétricas PCH Fumaça, de 10MW e PCH Furquim de 6MW que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 10 anos das autorizações vigentes. As CGH Caboclo de 4,42MW, CGH Funil de 4,23MW, CGH Prazeres de 3,76MW e CGH Salto de 4,51MW possuem registro junto a ANEEL com o direito vitalício a exploração.

A Administração considera que o Grupo possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras individuais da Controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras consolidadas, além das demonstrações financeiras individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras, também preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração do Grupo em 29 de fevereiro de 2024.

3.1.1 Base de consolidação

3.1.1 Demonstrações financeiras consolidadas

A Itacolomi Participações S.A. incluem em suas demonstrações consolidadas todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações financeiras da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.1.2 Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas

atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Grupo leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

- I. O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:
- II. O valor da contraprestação transferida, mais;
- III. O montante reconhecido de qualquer participação não controladora na adquirida, mais;
- IV. Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos;
- V. O montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

3.1.3 Aquisição de participação de acionistas não controladores

São registradas como transações entre acionistas. Ajustes à participação de não controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

3.1.4 Investimento em Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo NEC são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez, sem riscos significativos de mercado, e vencimentos não superiores a 90 dias da data de contratação.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido do Grupo.

3.4 Contas a receber e outros recebíveis

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de energia ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, analisa-se a necessidade de registro das perdas estimativa com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment).

3.5 Imobilizado

Os ativos imobilizados são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição, o qual inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pela Companhia para a constituição de um novo ativo incluindo, quando qualificáveis, os custos com os empréstimos e financiamentos utilizados para financiar a sua construção. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O Grupo utiliza o método e as taxas de depreciação para os itens ligados a operação de geração de energia elétrica conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Para os demais itens, o Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Abaixo as taxas de depreciação por grupo adotadas pelo Grupo:

	Taxa de depreciação
Ferramentas	20,00%
Edifício / Benfeitorias	10,00%
Equipamentos Geradores de Energia	3,33%
Máquinas e equipamentos	10,00%
Equipamentos de Informática	20,00%
Veículos	20,00%
Móveis e Utensílios	10,00%
Máquinas e Equipamentos	10,00%
Instalações	10,00%
Equipamentos de segurança eletrônica	10,00%

3.5.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

3.6 INTANGÍVEL

3.6.1 Custo do intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 13, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.6.1 Repactuação do Risco Hidrológico

A Administração da Sociedade aprovou a adesão das PCH's Furquim e Fumaça (Maynard), detentora de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Com consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso da PCH's Furquim e Fumaça, o prazo de extensão foi de 598 e 571 dias respectivamente. A Maynard reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 14.286, em 10 de outubro de 2023, no valor total de R\$ 4.015.

3.7 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.9 Reconhecimento das Receitas e despesas

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

Vila Real – é optante pela apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro real. Maynart e Itacolomi são optantes da apuração pelo regime do lucro presumido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.10.1 Tributos correntes

O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240; e
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

3.10.2 Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias decorrentes das inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar as autoridades fiscais.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

3.11 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente

3.11.1 Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros do Grupo incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa e as contas a receber, ambos reconhecidos considerando o custo amortizado.

3.11.2 Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; (ii) mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros da Empresa, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores.

3.12 Novos pronunciamentos técnicos

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 06	Passivo de locação em um <i>Sale and Leaseback</i> (Transação de venda e retroarrendamento)
Alterações ao CPC 26	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações ao CPC 03 e CPC 40	Acordo de financiamento de fornecedores

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. ESTIMATIVA E JULGAMENTOS CRÍTICOS

A Sociedade faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Sociedade nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados

As principais estimativas relacionadas demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota explicativa 10 – mensuração da depreciação de ativos: principais premissas na determinação da vida útil.

Nota explicativa 10 – estimativas sobre perdas de ativos fixos: principais premissas na determinação do valor recuperável de ativos.

Nota explicativa 23 - reconhecimento de passivos fiscais diferidos: aplicação dos conceitos de diferenças temporárias no regime de lucro presumido.

Nota explicativa 16 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	2	4	283	60
Aplicações financeiras	21	27	14.892	8.080
	23	31	15.175	8.140

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Itaú, são remuneradas a taxas de mercado de 100,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. (100,5% do CDI em 2022)

6. CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber consolidado é representando por energia comercializada em dezembro de 2023 pela controlada indireta, cujos recebimentos ocorreram integralmente em janeiro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes - Receita não	-	-	4.325	4.404
	-	-	4.325	4.404

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF a compensar	6	5	18	12
IRPJ a compensar	-	-	111	150
ICMS a recuperar	-	-	3	6
Outros impostos a recuperar	-	-	18	2
	6	5	150	170

8. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar	-	-	511	563
Sinistros a receber	-	-	-	616
	-	-	511	1.179
Circulante	-	-	511	563
Não circulante	-	-	-	616

Valor referente a provisão do saldo a receber da seguradora, devido ao evento de sinistro ocorrido nas usinas, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

9. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Vila Real Energia S.A	74.249	63.758
	74.249	63.758

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2023:

Vila Real Energia S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	60.763
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	9.722
(-) Dividendos distribuídos	(6.727)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	63.758
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	17.172
(-) Dividendos distribuídos	(12.225)
(+) aquisição de participação	5.544
Saldo em 31 de dezembro de 2023	74.249

O quadro abaixo apresenta o saldo de investimento a partir do Patrimônio Líquido das investidas em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Participação %	PL	Saldo	Participação %	PL	Saldo
Vila Real Energias S.A	62,50%	118.798	74.249	57,50%	110.883	63.758
		118.798	74.249		110.883	63.758

Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados das controladas, estão apresentadas a seguir:

Posição patrimonial controladas das investidas diretas							
31 de dezembro de 2022							
Sociedade	Participação %	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Valor do Investimento	Resultado do MEP da investida direta
Vila Real Energias S.A	57,50%	137.389	26.506	110.883	16.969	63.758	9.722
Total investimento		137.389	26.506	110.883	16.969	63.758	9.722
31 de dezembro de 2023							
Sociedade	Participação %	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Valor do Investimento	Resultado do MEP da investida direta
Vila Real Energias S.A	62,50%	143.360	24.534	118.826	27.467	74.249	17.172
Total investimento		143.360	24.534	118.826	27.467	74.249	17.172

10. IMOBILIZADO

10.1 Movimentação do imobilizado vinculados a concessão

Custos - Imobilizados Usinas	Terrenos / Servidões	Equipamentos Geradores de Energia	Edifício / Benfeitorias	Equip. Informática	Máquinas e Equipamentos	Ferramentas	Imobilizado em andamento	Equipamentos Eletrônicos	Móveis e Utensílios	Instalações	Veículos	Direitos Minerários - VOC	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	36.830	4.495	56.170	149	65.557	30	4.969	77	23	11	-	297	168.608
Aquisições	-	-	-	3	46	-	9.946	7	-	-	-	-	10.002
Transferências e reclassificações	-	-	2.318	25	6.238	184	(8.765)	-	-	-	-	-	-
Reclassificação para resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.830	4.495	58.488	177	71.841	214	6.150	84	23	11	-	297	178.610
Aquisições	-	112	517	3	-	-	3.229	-	3	0	10	-	3.874
Transferências e reclassificações	-	479	-	-	2.053	-	(3.188)	-	-	656	-	-	-
Reclassificação para resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	36.830	5.086	59.005	180	73.894	214	6.191	84	26	667	10	297	182.484

Depreciação acumuladas	Terrenos / Servidões	Equipamentos Geradores de Energia	Edifício / Benfeitorias	Equip. Informática	Máquinas e Equipamentos	Ferramentas	Imobilizado em andamento	Equipamentos Eletrônicos	Móveis e Utensílios	Instalações	Veículos	Direitos Minerários - VOC	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(31)	(31.671)	(45)	(14.576)	(1)	-	(15)	(9)	(4)	-	-	(46.352)
Depreciação anual	-	(446)	(5.209)	(23)	(2.425)	(9)	-	(9)	(2)	(1)	-	-	(8.124)
Provisão para perda com sinistro	-	-	-	-	(701)	-	-	-	-	-	-	-	(701)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(477)	(36.880)	(68)	(17.702)	(10)	-	(24)	(11)	(5)	-	-	(55.177)
Depreciação anual	-	(454)	(5.090)	(28)	(2.866)	(19)	-	(8)	(2)	(6)	(1)	-	(8.474)
Baixas de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(931)	(41.970)	(96)	(20.568)	(29)	-	(32)	(13)	(11)	(1)	-	(63.651)
Imobilizado, líquido 2022	36.830	4.018	21.608	109	54.139	204	6.150	60	12	6	-	297	123.433
Imobilizado, líquido 2023	36.830	4.155	17.035	84	53.326	185	6.191	52	13	656	9	297	118.833

11. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível nas demonstrações financeiras consolidadas está demonstrada abaixo:

Custos - Intangível	Softwares	Direito de extensão concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45	-	45
Aquisições	15	4.016	4.031
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60	4.016	4.076

Amortização acumuladas	Softwares	Direito de extensão concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17)	-	(17)
Amortização anual	(9)	(88)	(97)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(26)	(88)	(114)
Intangível, líquido 2022	28	-	28
Intangível, líquido 2023	34	3.928	3.962

(i) Repactuação do Risco Hidrológico

Em Reunião de Sócios Quotistas, realizada no dia 05 de outubro de 2021, as Sócias Quotistas ratificaram a adesão das PCH's Furquim e Fumaça detentoras da autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n.º 13.203/2015, conforme alterada pela Lei n.º 14.052/2020, e regulamentada pela Resolução Normativa Aneel n.º 895/2020, e, por consequência, a desistência de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a renúncia qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE.

Nos termos da Lei n.º 13.203/2015, na hipótese de adesão à repactuação do risco hidrológico, os geradores têm direito à extensão do prazo das respectivas outorgas de geração por até sete anos, sendo que, especificamente no caso da sociedade, as PCH's Furquim e Fumaça tornaram-se elegíveis aos acréscimo de 598 (quinhentos e noventa e oito) dias e 571 (quinhentos e setenta e um) dias respectivamente, a partir do termo final do prazo originário da outorga de autorização, correspondente à importância de R\$ 1.308 e R\$ 2.708 milhões respectivamente, definida e disponibilizada pela ANEEL.

A Administração adotou como política contábil o reconhecimento do benefício econômico futuro decorrente da extensão do prazo de outorga, após decisão final da ANEEL, que se materializou mediante a expedição da Resolução Autorizativa n. 14.896 de 10 de outubro de 2023. Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC

23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa disponível no entendimento da Administração, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE.

O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga. Diante disso, foi reconhecido ativo intangível sob rubrica “Direito de Extensão da Concessão”, correspondente ao referido direito, em contrapartida da rubrica “Repactuação de risco hidrológico” na demonstração do resultado, no montante de R\$ 4.016 mil, o qual é o valor definido e disponibilizado pela Aneel que o objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a transformou em extensão de outorga por mais 1.169 dias conforme disposto no anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919/2021. A amortização deste ativo intangível ocorrerá pelo prazo em que se espera recuperar o valor contábil.

12. FORNECEDORES

O saldo em 31 de dezembro de 2023 está assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de serviços e mercadorias	-	-	907	1.269
Fornecedores - Cut off	-	-	136	287
	-	-	1.043	1.556

O saldo de fornecedores é substancialmente composto pela provisão de compras de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base dezembro de 2023, porém faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

13. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão apresentadas de acordo com as condições negociadas entre as partes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Hy Brazil	-	-	-	112
	-	-	-	112

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a recolher	-	-	274	240
CSLL a recolher	-	-	212	148
PIS a recolher	-	-	29	25
COFINS a recolher	-	-	134	116
ICMS a recolher	-	-	-	7
Tributos retidos na fonte	-	-	31	103
Outras obrigações tributárias	-	-	-	1
	-	-	680	640

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	-	-	90	86
Provisão de férias	-	-	137	132
FGTS a recolher	-	-	13	14
INSS a recolher	-	-	42	42
Provisão para encargos sobre férias	-	-	49	49
Outras obrigações sociais	-	-	16	27
	-	-	347	350

16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos trabalhistas perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza trabalhista, cível e administrativo.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis em cada situação já tomados são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, sendo suficientes as provisões para contingências registradas.

Em 31 de dezembro de 2023, os processos considerados pela Administração como de perda provável são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contingências trabalhista	-	-	68	68
	-	-	68	68

Riscos judiciais possíveis

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis (i)	21	79
Tributária	461	-
Trabalhista	256	-
Ambientais (ii)	1083	754
	1.821	833

(i) Processos relacionados à indenização por danos materiais e morais alegados. Não há processo individualmente relevante.

(ii) Trata-se de discussões na esfera administrativa, referente a auto de infrações, quanto a regularização da Barragem Ribeirão Cachoeira – BRC em sua controlada Maynard.

17. TRIBUTOS DIFERIDOS

Em 2015, foi constituída provisão do Imposto de Renda diferido, R\$25.853, e de Contribuição Social diferida, R\$9.307, sobre o ganho equivalente a compra vantajosa pela Controladora indireta Maynard, bem como sobre as diferenças temporárias na alocação do preço de compra.

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ Diferido	2	1	16.336	17.318
CSLL Diferido	-	-	5.902	6.259
PIS e COFINS Diferido	-	-	158	168
	2	1	22.396	23.745

A movimentação dos passivos diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.259	17.318	168	23.745
Edifício / Benfeitorias (Realização)	(3.435)	(3.435)	-	
Alíquota	9%	25%	-	
Tributos diferidos	(309)	(859)	-	(1.168)
Máquinas e Equip. (Realização)	(651)	(651)	-	
Alíquota	9%	25%	-	
Tributos diferidos	(59)	(163)	-	(221)
Receita financeira não resgatada	519	519	-	
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	-	
Tributos diferidos	47	130	-	176
Alíquota de PIS e COFINS sobre aplicações financeiras não resgatadas	-	-	4,65%	
Tributos diferidos	-	-	24	24
Estorno tributos provisionados ano anterior	(48)	(64)	(168)	(280)
Receita não faturada			4.325	
Alíquota de PIS e COFINS sobre receita	-	-	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	158	158
Imposto diferido sobre receita não faturada (nota 21)	48	74		112
Ajuste ao saldo inicial de tributos diferidos sobre Mais Valia	(36)	(100)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.902	16.336	158	22.396

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 2022, é de R\$51, dividido em 1 milhão de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizadas, em moeda corrente do País e distribuídas entre os sócios, conforme demonstrado:

Em 10/01/2023 ocorreu um aumento de capital de forma proporcional no montante de R\$ 5.250, com isso em 2023 o capital social, totalmente subscrito e integralizado passa ser R\$5.301.

Quotistas	Quotas	%
NEC Operações e Participações em Energia Ltda	1.478.262	74%
Polaris Participações Ltda	521.738	26%
	2.000.000	100%

18.2 Distribuição de dividendos

Durante o exercício de 2023, a Companhia distribuiu R\$12.225 a título de dividendos aos acionistas (R\$ 9.053 durante o exercício de 2022), que foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

18.3 Ágio sobre subscrição de ações

Durante o exercício de 2016, os sócios participantes realizaram o desdobramento das 50 mil ações iniciais e subscreveram 1.174 novas ações, sem valor nominal. O ágio na subscrição destas novas ações foi de R\$5.077.

18.4 Reserva Legal

É calculada na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o seu valor atingir 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui R\$858 (R\$10 em 31 de dezembro de 2022) das reservas de lucro para a Reserva Legal, em atendimento ao seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades por Ações.

19. RECEITA LÍQUIDA DE GERAÇÃO DE ENERGIA

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de geração de energia	-	-	46.900	43.087
Receita não faturada	-	-	4.325	4.404
Receita Bruta	-	-	51.225	47.491
(-) ICMS	-	-	(11)	(165)
(-) PIS	-	-	(333)	(279)
(-) COFINS	-	-	(1.539)	(1.287)
(-) Impostos sobre receita não faturada	-	-	3	(161)
Impostos sobre faturamento	-	-	(1.880)	(1.892)
Receita líquida	-	-	49.345	45.599

20. CUSTOS DA ENERGIA GERADA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Compra de energia elétrica	-	-	(364)	(6.051)
Manutenção de usinas	-	-	(5.732)	(5.223)
Custo com depreciação e amortização	-	-	(4.081)	(3.194)
Custo com pessoal	-	-	(2.543)	(2.367)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(324)	(307)
Liquidação financeira CCEE	-	-	(320)	(247)
Serviços de telecomunicação	-	-	(65)	(75)
Outros custos	-	-	(1.161)	(1.797)
Direito de extensão de outorga (i)	-	-	4.015	-
	-	-	(10.575)	(19.261)

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação e amortização	-	-	(4.486)	(4.937)
Rateio de despesas administrativas	-	-	(3.144)	(3.767)
Serviços de terceiros	(6)	(10)	(1.415)	(1.108)
Utilidades e aluguéis administrativos	(3)	-	(133)	(194)
Gestão CCEE	-	-	(4)	(14)
Viagens	-	-	(30)	(11)
Aluguel de veículos	-	-	(3)	(3)
Outras	(1)	-	(81)	(315)
	(10)	(10)	(9.296)	(10.349)

O rateio de despesas administrativas, refere-se aos valores de gestão que são pagos pelas geradoras a controladora NEC Energia e Participações S.A, pelo serviço de administração.

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	3	77	2.295	1.127
Outras receitas financeiras	-	-	2	15
	3	77	2.297	1.142
Despesas Financeiras				
IOF	-	-	(6)	(10)
Juros e multa	-	-	(13)	(48)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(1)
	-	-	(19)	(59)
Resultado Financeiro, líquido	3	77	2.278	1.083

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro presumido	2.158	1.728
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro real	9	42
	2.167	1.770
IRPJ e CSLL	(1.347)	(1.787)
	(1.347)	(1.787)

(a) **Sociedades tributadas pelo lucro presumido:**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de geração de energia	51.312	48.172
Percentual de Presunção	8%	8%
Lucro Presumido	4.105	3.854
Outras receitas	58	-
Rendimento de aplicações financeiras	1.711	790
Base de Cálculo - Lucro Presumido	5.874	4.644
Alíquota de 15%	881	697
Adicional de 10%	563	440
IRPJ - Corrente	1.445	1.137
Receita bruta de geração de energia	51.312	48.172
Percentual de Presunção	12%	12%
Lucro Presumido	6.157	5.781
Rendimento de aplicações financeiras	1.770	790
Base de Cálculo do IRPJ	7.927	6.571
Alíquota	9%	9%
CSLL - Corrente	713	591
Imposto de renda e contribuição social - corrente	2.158	1.728

(b) Sociedades tributadas pelo lucro real:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	25.964	26.733
Ajuste à despesa (receita) nominal		
Resultado de equivalência patrimonial	(25.933)	(26.549)
Receita (despesa) nominal	31	184
Compensação de prejuízo (30%)	(9)	-
Receita (despesa) nominal ajustado	22	184
Imposto de Renda 15%	3	26
Imposto de Renda 10%	-	-
(-) PAT		
Imposto de Renda	3	26
Contribuição Social 9%	2	16
Estorno não realizado	4	-
Total da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	9	42

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	4.325	4.404
Percentual de Presunção	8%	8%
Lucro Presumido sobre receita não faturada	346	352
Alíquota de 15%	52	53
Adicional de 10%	11	11
IRPJ - Diferido	63	64
Percentual de Presunção	12%	12%
Lucro Presumido sobre receita não faturada	519	528
Alíquota	9%	9%
CSLL - Diferido	47	48
Imposto de renda e contribuição social - diferido	109	112
Estorno provisão ano anterior	(113)	(150)
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido s/ Receita Financeira não resgatada	176	(38)
Amortização anual do imobilizado reavaliado	4.472	4.744
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido s/ Reavaliação de Imobilizado	1.520	1.613
Ajuste ao saldo inicial de tributos diferidos sobre Mais Valia (nota 18)	-	136
IRPJ e CSLL Diferido do período	1.347	1.787

24. COBERTURA DE SEGUROS

Seguro Operacional

Em 31 de outubro de 2023, foram renovadas as coberturas de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras, móveis e utensílios, inclusive bens de terceiros sob guarda e/ou custódia do segurado que façam parte do Valor em Risco Declarado das Centrais Geradoras, com vigência até 31 de outubro de 2024, no montante limite de R\$20.000 para as empresas co-seguradas do grupo (i) Brito Energética Ltda; (ii) BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda; (iii) GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; (iv) Pacífico Mascarenhas Ltda; (v) Costa Rica Energética Ltda; (vi) CEI – Energética Integrada Ltda; (vii) Areal Energias Renováveis Ltda; (viii) Maynard Energética Ltda.

Seguro de responsabilidade civil

Em 31 de outubro de 2022, foram renovadas as coberturas de seguro para riscos de responsabilidade civil sobre (i) Sentença judicial transitada em julgado decorrente de risco coberto nas condições contratuais; ou (ii) Acordo com os terceiros prejudicados, autorizado de modo expresso pela Seguradora; em ambas as hipóteses desde que as quantias sejam relativas a reparações por danos involuntários, físicos à pessoa e/ou danos materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência deste seguro e que decorram de riscos por ele cobertos com vigência até 30 de outubro de 2023 e montante limite de R\$13.400 para todas as empresas co-seguradas. (i) Brito Energética Ltda; (ii) BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda; (iii) GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; (iv) Pacífico Mascarenhas Ltda; (v) Costa Rica Energética Ltda; (vi) CEI – Energética Integrada Ltda; (vii) Areal Energias Renováveis Ltda; (viii) Maynart Energética Ltda; (ix) Energia Limpa Participações Ltda; (x) Rio Novo Energias Renováveis Ltda; (xi) Rio Preto Energias Renováveis Ltda; (xi) Triade Energias Renováveis Ltda.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	23	31	15.175	8.140
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	4.325	4.404
		23	31	19.500	12.544
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	-	-	1.043	1.556
		-	-	1.043	1.556

25.2 Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor)
- Risco de não renovação das concessões
- Risco regulatório
- Risco socioambiental

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O Grupo está exposta ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, principalmente em relação a contas receber, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria do Grupo de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

Contas a receber com clientes

O risco de crédito com clientes, está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco. A análise de crédito visa minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

iii) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para o Grupo.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

v) Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor)

A geração de energia elétrica do Grupo depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõem o parque gerador hidroelétrico do Grupo participam do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico “GSF”) que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

vi) Risco de não renovação das concessões

O Grupo detém a autorização da Usinas de Fumaça e Furquim e , cujo vencimento se dá em 12 de Dezembro de 2034 e 26 de Junho de 2035.

vii) Risco regulatório

As atividades do Grupo e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

viii) Risco socioambiental

O Grupo e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

O Grupo realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

O Grupo e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Grupo adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de aprovação pela diretoria.

Entre 31 de dezembro de 2023 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requeressem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações financeiras.

Maria Tereza Diniz Carneiro

Diretora

CPF: 013.460.826-77

Adil Chenaf

Diretor

CPF: 243.285.388-10

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54

* * * * *

PAR MG 24-040 - ITACOLOMI - Consolidado - 31122023 - Completo
pdf

Código do documento 24efc988-b7c6-4558-ab42-69aba54c2b7c



Assinaturas



MARIA TEREZA DINIZ CARNEIRO:01346082677

Certificado Digital

mariatereza.diniz@necenergia.com.br

Assinou



ADIL CHENAF

Certificado Digital

adil.chenaf@nebras-power.com

Assinou



GISELE APARECIDA ROCHA NOGUEIRA:01365284654

Certificado Digital

gisele.nogueira@necenergia.com.br

Assinou



LEANDRO VINICIUS CARATTA DE OLIVEIRA:05906808620

Certificado Digital

leandro.caratta@bdo.com.br

Assinou

Eventos do documento

29 Feb 2024, 23:28:20

Documento 24efc988-b7c6-4558-ab42-69aba54c2b7c **criado** por LISANDRA ALVES VIEIRA (ab8d85d1-ce42-4993-a6d9-1d83917032b1). Email:lisandra.alves@necenergia.com.br. - DATE_ATOM: 2024-02-29T23:28:20-03:00

29 Feb 2024, 23:30:27

Assinaturas **iniciadas** por LISANDRA ALVES VIEIRA (ab8d85d1-ce42-4993-a6d9-1d83917032b1). Email:lisandra.alves@necenergia.com.br. - DATE_ATOM: 2024-02-29T23:30:27-03:00

29 Feb 2024, 23:47:29

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARIA TEREZA DINIZ CARNEIRO:01346082677

Assinou Email: mariatereza.diniz@necenergia.com.br. IP: 179.187.140.198

(179.187.140.198.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 9668). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A3,CN=MARIA TEREZA DINIZ

CARNEIRO:01346082677. - DATE_ATOM: 2024-02-29T23:47:29-03:00

01 Mar 2024, 01:37:27

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - GISELE APARECIDA ROCHA NOGUEIRA:01365284654

Assinou Email: gisele.nogueira@necenergia.com.br. IP: 201.29.194.119

(201-29-194-119.user3p.veloxzone.com.br porta: 39702). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=GISELE APARECIDA ROCHA NOGUEIRA:01365284654. - DATE_ATOM: 2024-03-01T01:37:27-03:00

01 Mar 2024, 16:31:28

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ADIL CHENAF **Assinou** Email: adil.chenaf@nebras-power.com. IP: 191.193.79.238 (191-193-79-238.user.vivozap.com.br porta: 9894). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A3,CN=ADIL CHENAF. - DATE_ATOM: 2024-03-01T16:31:28-03:00

01 Mar 2024, 19:56:35

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - LEANDRO VINICIUS CARATTA DE OLIVEIRA:05906808620 **Assinou** Email: leandro.caratta@bdo.com.br. IP: 177.43.96.189 (177.43.96.189.static.gvt.net.br porta: 33324). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=LEANDRO VINICIUS CARATTA DE OLIVEIRA:05906808620. - DATE_ATOM: 2024-03-01T19:56:35-03:00

Hash do documento original

(SHA256):f71280260ef73f901e3a9440eab23b10543a9a1f62f4b2773b86523034897717

(SHA512):66d31788c5421f66282b926e527e1199c89aa187085c413f61c1bde225c3e47f0422d53f8ad2a37a23c10e56a3be3b027a0cd4cb2937e8ed51847fb254488d94

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign